

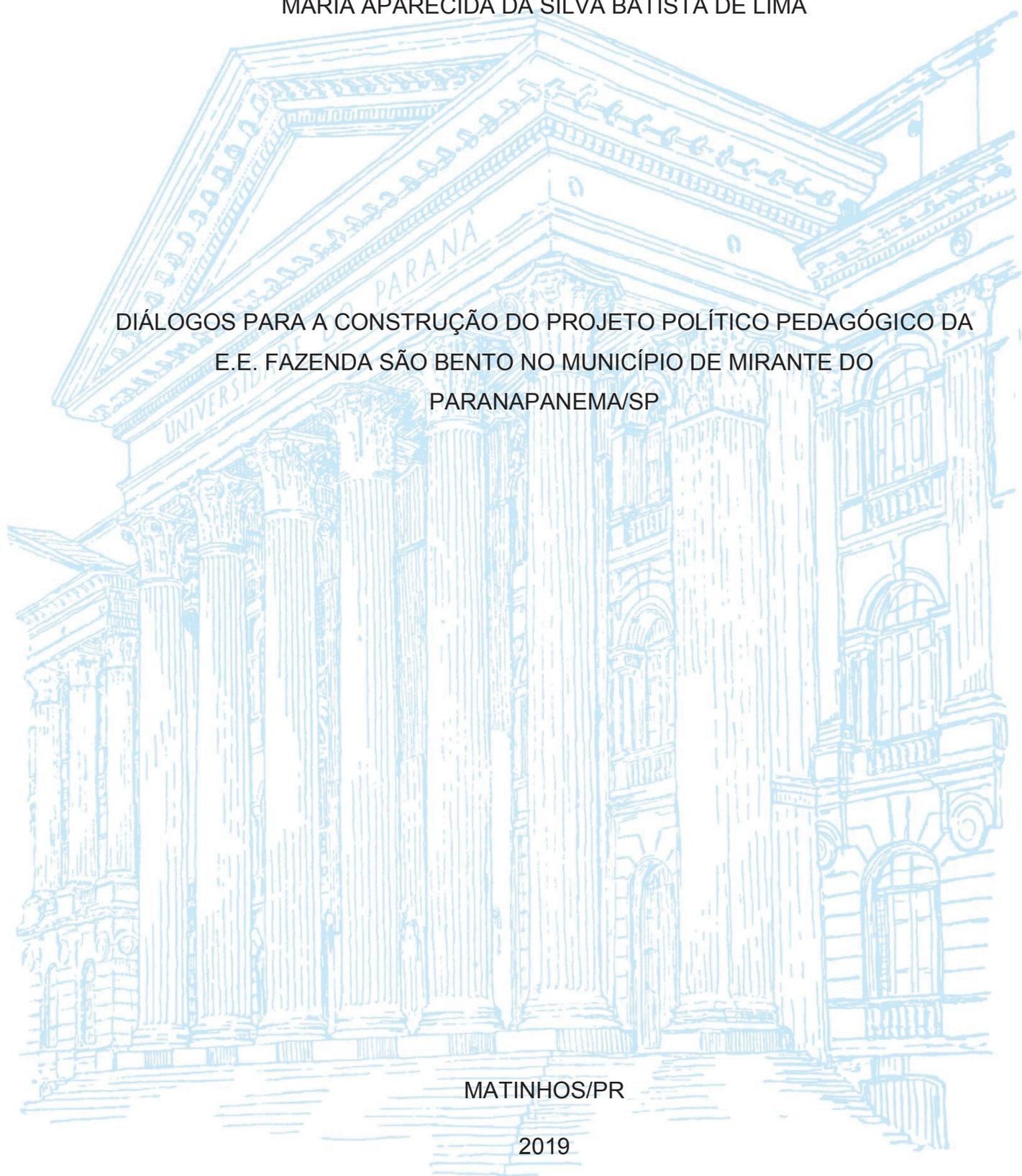
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARIA APARECIDA DA SILVA BATISTA DE LIMA

DIÁLOGOS PARA A CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA
E.E. FAZENDA SÃO BENTO NO MUNICÍPIO DE MIRANTE DO
PARANAPANEMA/SP

MATINHOS/PR

2019



MARIA APARECIDA DA SILVA BATISTA DE LIMA

DIÁLOGOS PARA A CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA
E.E. FAZENDA SÃO BENTO NO MUNICÍPIO DE MIRANTE DO
PARANAPANEMA/SP

Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do curso de Especialização em Educação do Campo e Realidade Brasileira a partir de seus pensadores na Universidade Federal do Paraná – UFPR/Setor Litoral.

Orientador Professor: Prof. Dr. Lourival M. Fidelis

MATINHOS/PR

2019



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 SETOR LITORAL
 UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
 PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
 CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO DO CAMPO E A
 REALIDADE BRASILEIRA A PARTIR DE SEUS
 PENSADORES - 40001016329E1

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO DO CAMPO E A REALIDADE BRASILEIRA A PARTIR DE SEUS PENSADORES da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Monografia de Especialização de **MARIA APARECIDA DA SILVA BATISTA DE LIMA** intitulada: **Diálogos para a Construção do Projeto Político Pedagógico da EE. Fazenda São Bento no Município de Mirante do Paranapanema /SP**, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de especialista esta sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Matinhos, 12 de Outubro de 2019.

LOURIVAL DE MORAES FIDELIS

Presidente da Banca Examinadora (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

ROBERTO GONÇALVES BARBOSA

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

SILVANA CÁSSIA HOELLER

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

DIÁLOGOS PARA A CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA E.E. FAZENDA SÃO BENTO NO MUNICÍPIO DE MIRANTE DO PARANAPANEMA/SP

Maria Aparecida da Silva Batista de Lima

RESUMO

O presente artigo, tem como finalidade apresentar uma discussão acerca do Projeto Político Pedagógico/Plano de Gestão Escolar da Escola Estadual Fazenda São Bento, tendo como objetivo geral: Proceder uma análise sobre o Projeto Político Pedagógico (PPP) atual da Escola e se este documento, atende as necessidades e realidades atuais da Escola e seus sujeitos à luz dos pressupostos da Educação do Campo. Esta Escola do Campo está localizada no Município de Mirante do Paranapanema/SP e atende aos sujeitos do campo, assentados/as e camponeses. No entanto, o PPP da escola, não foi construído nem debatido pelos sujeitos que a compõe. Apresentamos desta forma, uma discussão breve dos limites que se encontra um documento tão importante quanto um PPP, em face da realidade que cerca os sujeitos que, por meio dele, são afetados no que se refere à sua educação. Optamos por adotar uma metodologia de análise documental, análise esta que procedemos sobre o PPP/Plano de Gestão Escolar da Escola São Bento, elencamos para isto, quatro questões indicadoras, quais sejam :**a)**. Como e quando foi feito o PPP atual da Escola Fazenda São Bento?; **b)**. Quem foram os sujeitos envolvidos na Construção do PPP da Escola?;**c)**O PPP está adequado à realidade da Escola São Bento? e **d)**Sugestões para a construção de um novo PPP para a Escola. Estas questões orientaram nossas reflexões e sugestões e nos levaram a concluir que PPP's construídos sem a participação de todos os sujeitos que fazem parte das Escolas do Campo e da educação estão fadados a tornar a escola um espaço de alienação.

Palavras-chave:Escolas do Campo 1. Assentamentos da Reforma Agrária 2. Escola Estadual São Bento 3.Projeto Político Pedagógico 4. Emancipação Camponesa 5.

ABSTRACT

This article aims to present a discussion about the Pedagogical Political Project / School Management Plan of Fazenda São Bento State School, having as its general objective: To proceed with an analysis of the current Pedagogical Political Project (PPP) of the School and if this document , meets the needs and current realities of the School and its subjects in the light of the assumptions of Rural Education. This Country School is located in the Municipality of Mirante do Paranapanema / SP and serves the subjects of the field, settled and peasants. However, the school PPP was not built or debated by the subjects that compose it. In this way, we present a brief discussion of the limits that a document is as important as a PPP, given the reality that surrounds the subjects who, through it, are affected with regard to their education. We chose to adopt a document analysis methodology, which we proceeded with the PPP / School Management Plan of the São Bento School. We list four indicator questions, namely: a). When was the current PPP from Escola Fazenda São Bento? B). Who were the subjects involved in the School PPP Construction ?; c) Is the PPP adequate to the reality of São Bento School? and d) Suggestions for building a new PPP for the School. These questions guided our reflections and suggestions and led us to conclude that PPP's built without the participation of all subjects who are part of the Field Schools and education are bound to make the school a space of alienation.

Keywords: Rural Schools 1. Land Reform Settlements 2. São Bento State School 3. Pedagogical Political Project 4. Peasant Emancipation 5.

1. INTRODUÇÃO

Nossa pesquisa, visa analisar o Projeto Político Pedagógico (PPP) da E.E. Fazenda São Bento, localizada no Município de Mirante do Paranapanema/SP por meio de uma análise deste documento e das fontes que contribuirão para a elaboração do supracitado. Almeja-se, com esta análise, discutir as dimensões pedagógicas atuais, que são praticadas na escola, a fim de fomentar a discussão

através do diálogo com as dimensões pedagógicas propostas pela da Educação do Campo com vistas a problematizar e qualificar o PPP da Escola Fazenda São Bento.

Com este diálogo temos a pretensão de analisar e constatar se a elaboração do PPP foi coletiva, envolvendo os colegiados, se contempla a realidade e atende às necessidades dos alunos e da comunidade camponesa em seu entorno. Conforme formos problematizando o PPP, pautado na construção de uma educação que atenda os interesses da comunidade escolar, já que estas ações devem ser erigidas pelos princípios da gestão democrática e participativa conforme dita a Constituição Federal, que a gestão democrática é um princípio do artigo 206, inciso I e abrange as dimensões pedagógicas, administrativas e financeiras.

A LDB (Lei nº 9.394, de 1996) define também normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios estabelecidos pelo artigo 14:

- I - Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II-Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares equivalentes. (BRASIL, 1996).

Ainda nesse contexto o artigo 15 reafirma as seguintes diretrizes:

Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público. (BRASIL, 1996).

Orientados pelos documentos supracitados que, cada escola tem sua autonomia e apoiado pela gestão democrática, esperamos trazer à tona uma escola do campo, vinculada à realidade em que está imersa. Assim entendemos que em conformidade com Veiga (1998), ao construirmos os projetos de nossas escolas, pensamos, planejamos e temos intenção de fazer, de realizar, de mudar. Nos lançamos para diante, com base no que queremos, buscamos o possível, quebramos barreiras. É avistar um futuro diferente do presente. Gadotti afirma:

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a

determinadas rupturas. As promessas tornam vivíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores. (GADOTTI, 1994, P, 579).

Partindo da compreensão de que cada escola é uma singularidade, há que se construir coletivamente um PPP que expressem o movimento de sua realidade de escola do campo, levando em consideração aspectos como as sazonalidades agrícolas, tempo de plantio, de colheita e de comercialização dos alimentos produzidos, relações com o campo e agricultura que determinam e orientam um modo de vida e as relações de trabalho presentes no campesinato.

Como bem nos assegura Gil (2008), pode-se dizer que pesquisa é um processo formal para adquirir conhecimentos e seu fundamento é descobrir respostas para os problemas.

Proceder uma análise sobre o Projeto Político Pedagógico (PPP)/Plano Gestão Escolar (PGE) atual da Escola Estadual Fazenda São Bento verificando se este documento atende as necessidades e realidades da Escola e seus sujeitos à luz dos pressupostos da Educação do Campo.

Conforme citado acima, para dar suporte a nossa pesquisa, realizaremos uma análise e estudo da bibliografia, numa revisão das mais diversas obras tais como: livros, artigos científicos, revistas, documentos eletrônicos.

Com a aplicação do método apresentado nesta pesquisa visamos realizar uma revisão bibliográfica, devido à proximidade que este recorte de estudo proporciona para trabalhar e analisar o problema, tornando-o mais explícito e aparente.

A pesquisa em questão, tem por finalidade realizar uma análise com aportes da Metodologia Qualitativa com base nos pressupostos apresentados por (MINAYO 1994). Mais precisamente uma análise documental sobre o PPP/Plano de Gestão Escolar da Escola Estadual São Bento. Para tanto elencamos quatro (04) questões indicadoras para esta análise:

- a) Como e quando foi feito o PPP atual da Escola Fazenda São Bento?
- b) Quem foram os sujeitos envolvidos na Construção do PPP da Escola?
- c) O PPP está adequado à realidade da Escola São Bento?
- d) Sugestões para a construção de um novo PPP para a Escola.

Alertamos que a escolha destas questões indicadoras se deu a partir da escolha do critério vivência, parte desta e reflexão que procedemos acerca da realidade do PPP desta Escola e por sermos professora neste estabelecimento de ensino.

Expomos aqui que uma análise mais aprofundada e elaborada não foi possível tendo em vista a proposta deste artigo e o tempo para a elaboração de uma metodologia que abrangesse um universo maior de dados, de um envolvimento maior de sujeitos comprometidos com a Escola o que requereria mais tempos de pesquisas, determinando assim um envolvimento dos sujeitos que fazem parte da vida da Escola.

Portanto, optamos por analisar o PPP/PGE atual que a Escola segue, para dar conta da elaboração deste artigo de TCC.

Realizamos esta análise começando pela construção da bibliografia que cercam o nosso projeto, numa revisão bibliográfica das mais diversas obras tais como: livros, artigos científicos, revistas, documentos eletrônicos.

Com a aplicação do método de análise documental, devido à proximidade que este recorte de estudo proporciona para trabalhar e analisar o problema, tornando-o mais factível dentro do tempo e das possibilidades.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA LUTA POR TERRA E EDUCAÇÃO NO MST

Para compreender o contexto histórico da E.E. Fazenda São Bento relembramos o convênio que foi celebrado em outubro de 1990, para a realização do levantamento aerofotogramétrico do 11º perímetro de Mirante do Paranapanema, para o cadastramento das terras devolutas, através do auxílio da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo e da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP), campus de Presidente Prudente.

Essas terras tinham já uma Ação Discriminatória ajuizada, perante a comarca de Santo Anastácio, em 1 de dezembro de 1938, sendo julgada como terras devolutas em 1947. O Estado só registrou essa decisão em 1958.

É preciso ressaltar que a luta do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), no município de Mirante do Paranapanema, teve início em 1991, como aponta o Histórico da E. E. Fazenda São Bento (2014)¹.

O movimento do MST (Movimento dos Sem Terra) teve início em Mirante do Paranapanema no ano de 1991. Depois de oito meses acampadas às margens da rodovia SP 613, no Município de Teodoro Sampaio, famílias do acampamento João Batista da Silva ocuparam, em 23/03/91, uma área de 2.872 hectares da fazenda São Bento, neste Município. A fazenda tem 5.106 hectares e estava sob o domínio de Antônio Sandoval Neto, famoso grileiro da região. Desse imóvel, 2.872 hectares haviam sido classificados pelo INCRA como latifúndio por exploração em 25/11/86 (Decreto número 94.161). A partir do dia 23, mais 24 famílias procedentes de Mirante do Paranapanema e de Municípios vizinhos também acamparam na São Bento. O Estado, através do ITESP – Instituto de Terras do Estado de São Paulo agilizou sua atuação na Reforma Agrária no Município somente em 1995, depois que, com 1800 famílias o MST ocupou as fazendas Haroldina e Arco-íris, que juntas constituíam uma área de 7.617 hectares.(MIRANTE DO PARANAPANEMA, 2014 p. 106,).

No que se refere a territorialização dos espaços camponeses, as ocupações são o recurso que os movimentos sociais implementaram para construir as bases de pressão ao governo e aos poderes instituídos no Brasil que, geralmente, encontram-se nas mãos dos mesmos setores da sociedade desde a chegada dos portugueses ao território que hoje se constitui na nação brasileira. Essas ocupações estão intimamente ligadas a redefinições de espaços pelos sujeitos do campo que ao dispenderem tal recurso ressignificam o território e neste movimento, após a fixação de moradias, vem a escola como elemento e recurso político para impor ao Estado que se estabeleça as políticas públicas necessárias à sua permanência no território conquistado. Para Bernardo Mançano Fernandes (1998), ocupação é:

(...) uma ação que inaugura uma dimensão do espaço de socialização política: o espaço de luta e resistência. Esse espaço construído pelos trabalhadores é o lugar da experiência e da formação do Movimento. A ocupação é o movimento. Nela fazem-se novos sujeitos. A cada realização de uma nova ocupação de terra, cria-se uma fonte geradora de experiências, que suscitará novos sujeitos, que não existiram sem essa ação. A ocupação é a condição de existência desses sujeitos. Ao conceber a ocupação como fato, esses sujeitos recriam a sua história. Não concebê-la é não ser concebido. Com a ocupação, cria-se a condição nova para o enfrentamento. Na realização da ocupação, os sem-terra, sem, ainda,

¹O site para localizar essa informação é <https://eefazendasabento.wordpress.com/about/> acesso em 10 março 2019.

conquistarem a terra, conquistam o fato: a possibilidade de negociação. (...) a territorialização acontece por meio da ocupação da terra. Da ocupação da terra nasce o MST.(FERNANDES, p.25 e 33,1998).

Nesta mesma lógica, Roseli S. Caldart (2004), salienta que ocupações são:

A ação de ocupar uma terra representa, para o trabalhador ou trabalhadora que não tem terra, o momento da reação contra essa condição social e a sua saída do anonimato. De um dia para o outro passa a ter um segundo nome próprio, sem-terra, pelo qual certamente será chamado com mais frequência do que pelo primeiro. Se fosse uma reação individual, isolada, seria tratado como um criminoso. Como se trata de uma reação coletiva, organizada, exige que a sociedade tome uma posição. (CALDART,2004, p. 167).

Requerer o direito de estudar e ter educação nos espaços e territórios camponeses, cristalizados na escola, demarca um ponto importante para a fixação dos camponeses nos territórios, são estratégias de resistência e ter um PPP, alinhado a história social, que reflita a cultura e demais dimensões da realidade camponesa é primordial para a permanência destes sujeitos no campo. De nada adianta ter uma escola no campo se está alinhada a pressupostos urbanos alienantes que não refletem a história dos sujeitos do campo e suas lutas.

Para Caldart (1999), ocupar a escola tem a mesma importância que ocupar o território. A escola do campo, quando já estabelecida nos espaços camponeses tem que ser ressignificadas para acolher e representar a realidade do camponês, se ainda não existe, como já afirmado acima, deve refletir a realidade dos sujeitos que as constituem, seu território e sua história.

3. E. E. FAZENDA SÃO BENTO E A ANÁLISE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO/ PLANO GESTÃO ESCOLAR

Conforme Arroyo, Caldart, Molina (2011), a escola do campo pode ser um lugar privilegiado de formação, de vivência cultural, valores e identidade das crianças, jovens e adultos, apropriando-se do que tem de mais humano e moderno na contemporaneidade. Vale ressaltar a relevância de conceituar educação rural, e a educação do campo, na tentativa de elucidar a importância da concepção de escola e dos educadores.

Antes das conceituações, porém temos que localizar quem são esses sujeitos e o que significam sem o qual não faz sentido conceituar isto ou aquilo, só há algo, se houver sujeitos pensando e criando materialmente este algo.

Como ressalta Caldart:

A Educação do Campo se identifica pelos seus sujeitos: é preciso compreender que, por trás de uma indicação geográfica e de dados estatísticos isolados, está uma parte do povo brasileiro que vive neste lugar e desde as relações sociais específicas que compõem a vida no e do campo, em suas diferentes identidades e em sua identidade comum; estão pessoas de diferentes idades, estão famílias, comunidades, organizações, movimentos sociais. A perspectiva da Educação do Campo é exatamente a de educar as pessoas que trabalham no campo, para que se encontrem, se organizem e assumam a condição de sujeitos da direção do seu destino (CALDART, 1999, p. 27).

A educação do campo é o contraponto a educação rural alienante. Ela vem como proposta construída pelos camponeses em décadas de debate, lutas e enfrentamentos para construir as bases de uma educação do e no campo.

Os camponeses requerem desde uma educação básica do campo até a educação superior que seja construída, discutida e efetivamente oferecida levando em conta a participação plena dos sujeitos do campo. Este processo deve ocorrer no e para o campo, com os sujeitos do campo, discutindo e refletindo a realidade do campo, do território e dos camponeses.

A conquista do direito a educação do e no campo não se fez de forma pacífica e ainda está em processo devido à forte contestação das forças conservadoras e reacionárias mais atrasada do país. A rebeldia dos camponeses:

A rebeldia como sentimento/luta pela emancipação é um traço pedagógico de diversas populações camponesas, indígenas, caiçaras, quilombolas, atingidas por barragens, de agricultores urbanos, que estão buscando a educação a partir de uma perspectiva contra hegemônica, conforme Gramsci nos ensina. (OLIVEIRA e CAMPO, p. 240, 2012).

Busca-se uma educação do campo que leve em consideração a identidade cultural dos sujeitos que ali vivem. Por isso, os professores na dinâmica da educação do campo são considerados sujeitos em construção, assim como os/as educandos/as.

A Educação do Campo como fenômeno da realidade socioeconômica e cultura do Brasil, se estabelece com um:

(...) fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas. Objetivo e sujeitos a remetem às questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais dos camponeses e ao embate (de classe) entre projetos de campo e entre lógicas de agricultura que têm implicações no projeto de país e de sociedade e nas concepções de política pública, de educação de formação humana. (CALDART, p. 258, 2012).

No entanto, aos educadores é cabível a tarefa de perguntar-se quem são os sujeitos com os quais compartilham experiências de vida durante o ano letivo, haja visto que cada educando tem sua identidade, sua história, assim como os professores e professoras.

Por isso os/as professores/as devem perceber o quanto é importante assumir sua história para que então, possam descobrir a pessoa que está por trás do rosto de cada criança, jovem ou adulto, e então, conheçam sua história, respeitem suas diversidades e seus direitos. Pois a realidade que produz a Educação do Campo não é nova, mas:

(...) ela inaugura uma forma de fazer seu enfrentamento. Ao afirmar a luta por políticas públicas que garantam aos trabalhadores do campo o direito à educação, especialmente à escola, e a uma educação que seja *no* e *do* campo, os movimentos sociais interrogam a sociedade brasileira: por que em nossa formação social os camponeses não precisam ter acesso à escola e a propalada universalização da educação básica não inclui os trabalhadores do campo? Uma interrogação que remete à outra: porque em nosso país foi possível, afinal, constituir diferentes mecanismos para impedir a universalização da educação escolar básica, mesmo pensada dentro dos parâmetros das relações sociais capitalista? (CALDART, 2012, p. 261).

Neste momento não se trata de propor algum modelo pedagógico para a escola do campo, mas sim, de construir coletivamente algumas referências para processos pedagógicos a serem desenvolvidos pela escola e que permitam que ela seja obra fortemente ligada a identidade dos sujeitos que ajuda a formar, com traços que a identifiquem com o projeto político pedagógico da Educação do Campo.

De acordo com os Princípios Pedagógicos da educação no MST (1996), a escola do campo desenvolverá uma relação entre prática e teoria, fazendo a combinação metodológica entre processos de ensino e aprendizado.

Será preciso assumir a realidade como base da produção do conhecimento, propositando conteúdos formativos socialmente úteis para discentes, docentes e

comunidade escolar, tendo em vista a importância da educação para o trabalho e pelo trabalho, com vínculo orgânico entre os processos educativos políticos, econômicos e culturais.

Por essa razão, tem particular relevância a gestão democrática quando se trata de apoiar e mediar a auto-organização dos/das estudantes, a criação de coletivos pedagógicos e formação permanente dos educadores e educadoras instigando a todos os desenvolvimentos de atitudes e habilidades de pesquisas e entrosamento entre processos pedagógicos coletivos e individuais. Como afirma Ilma Veiga em um dos princípios que deverão nortear a escola pública:

Gestão democrática é um princípio consagrado pela Constituição vigente e abrange as dimensões pedagógica, administrativa e financeira. Ela exige uma ruptura histórica na prática administrativa da escola, com o enfrentamento das questões de exclusão e reprovação e da não-permanência do aluno na sala de aula, o que vem provocando a marginalização das classes populares. Esse compromisso implica a construção coletiva de um projeto político-pedagógico ligado à educação das classes populares (VEIGA, 1998, p. 4).

Nesse sentido, a gestão democrática exige um olhar diferenciado para o que está posto verticalmente, sem discussão ou debate, de cima para baixo, produzido por técnicos que nunca estiveram no território ou gestores e professores que não praticam a empatia comunitária do local onde trabalham. Pois, viver empaticamente a gestão democrática é perpassar os muros da escola, propositando conteúdos e vivências que tenha sentido no dia a dia dos discente e da comunidade escolar que, parta do local para o global, logo, os alunos valorizarão sua identidade buscando a realização profissional para se manter bem em seu território ou sair preparado para o mundo.

4. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E CONCLUSÕES: O PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO/PLANO GESTÃO ESCOLAR DA E.E. FAZENDA SÃO BENTO, SUAS PONTENCIALIDADES E LIMITES

Passamos a apresentar uma breve reflexão e análise acerca do PPP/Plano de Gestão Escolar que orientam os processos de ensino e aprendizado da Escola Estadual Fazenda São Bento. Nossa análise visa explorar este documento e suas especificidades a partir de quatro questões indicadoras, quais sejam:

- a) Como e quando foi feito o PPP atual da Escola Fazenda São Bento?
- b) Quem foram os sujeitos envolvidos na Construção do PPP da Escola?
- c) O PPP está adequado à realidade da Escola Estadual Fazenda São Bento?
- d) Sugestões para a construção de um novo PPP para a Escola

Com isto pretendemos expor e refletir o que já é de consenso entre os teóricos, educandos e educandas, movimentos sociais, educadores/as do campo de que projetos pensados sem os sujeitos do campo, para o campo e sem respeitar as múltiplas realidades do campo fatalmente estão fadados a alienar e afastar ainda mais os camponeses/as de uma educação emancipadora.

a) Como e quando foi feito o Projeto Político Pedagógico/Plano de Gestão Escolar atual da Escola Fazenda São Bento?

A implantação do Programa “São Paulo Faz Escola “, foi criado em 2007 pela secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEE/SP), sob a ótica de melhorar a qualidade de ensino aprendizagem dos discentes. No primeiro momento os professores receberam um caderno com orientações superficiais sobre

O programa tem como foco a implantação de um currículo unificado que atendesse todo o estado de São Paulo, atendendo quase seis mil escolas da rede pública estadual de ensino. Analisaremos a aplicação dos currículos e seus documentos e por consequência depois desse Currículo Oficial o documento orientador o PPP ou Plano Gestão da Unidade Escolar E.E. Fazenda São Bento. A fim de possibilitar reflexões sobre o contexto que fundamenta a atual reforma curricular e as suas implicações no trabalho escolar de uma escola do campo, objeto de estudo, para dialogar na possibilidade de uma proposta de construção de um novo documento orientador que contemple a realidade dos estudantes e da comunidade escolar camponesa.

A partir do currículo oficial discute-se o Plano de Gestão Escolar (PGE 2015-2018). Na rede pública estadual funciona como documento orientador de ações para todos os envolvidos no âmbito escolar apresentando o perfil da escola, dos discentes, dos funcionários, gestores e da comunidade. Este documento orienta as ações e organização do trabalho escolar, envolvendo aspectos como as dimensões

do currículo e projeto político – pedagógico (PPP), autonomia do docente, gestão, e as condições do trabalho do professor.

Conforme o PGE, a criação da escola ocorreu por meio da luta dos acampados (hoje assentados), com o intuito de atender à demanda de estudantes que estudavam nas escolas emergenciais da região, escolas essas feitas de lona e também os que se deslocavam até a sede do município, para frequentar os cursos que não eram oferecidos nessas escolas.

A escola atende os filhos de assentados nos Ciclo de Alfabetização 2º e 3º Ano; Anos Intermediários 4º Ano e 5º Ano; Anos Intermediários 6º Ano; Anos Finais 7º Ano e 9º Ano; Ensino Médio 1ª série, 2ª série, 3ª série (diurno/noturno); Ensino Fundamental Educação Jovens e Adultos (turmas Multisseriadas); Ensino Médio Educação de Jovens e Adultos (turmas Multisseriadas).

As famílias atendidas estão assentadas nos seguintes assentamentos: King Meat, Canaã, São Bento I, II, III e IV, Haroldina, Santa Apolônia, Estrela D'Alva, Arco-íris, Santana, Santa Cruz, Alvorada, Marco II e Aparecidinha.

O Histórico da Unidade Escolar omite a verdadeira origem da escola que foi forjada pela luta dos movimentos em especial o MST e a luta das mulheres que perceberam a necessidade da educação para seus filhos reivindicando o que era de direito de todos que aqui residiam, pois, essas crianças, jovens e adultos eram transportadas por estradas de difícil acesso até a cidade mais próxima que é Mirante do Paranapanema, viajavam por cerca de 27 quilômetros.

Portanto, aconteceram muitas manifestações, reivindicações por ofícios, abaixo – assinados e muitas reuniões com o dirigente de ensino, Prefeito e Deputados, mas se não fosse a luta e a resistência das famílias juntamente com os movimentos sociais em prol da construção e ampliação da escola, pois os educandos estudavam em espaços cobertos com lonas sem nenhuma infraestrutura adequada de uma sala de aula.

Acreditamos que até hoje que os estudantes estariam sendo transportados para as cidades mais próximas, como acontece com as duas escolas situadas no campo que foram fechadas por essa mesma Diretoria de Ensino em nome da Secretaria da Educação do estado de São Paulo.

A ampliação da escola de quatro salas de aula, uma secretaria, uma sala de direção, uma sala dos professores, uma cozinha e um pequeno pátio e desprovida de muros em seu entorno, deu-se através da visita do governador Mário Covas, no

ano de 1998 devido a insistência e a luta da comunidade junto ao governador que prontamente atendeu à solicitação da comunidade e da Diretoria de Ensino por meio de ofícios, autorizando a construção de mais quatro salas de aula, pátio coberto, quadra poliesportiva coberta, cozinha, dispensas e cerca com muros.

A Escola São Bento está localizada na fazenda Haroldina, assentamento São Bento, também conhecida como “Pé de Galinha”, pois há uma bifurcação em forma de “forquilha” formada pela estrada que lembra um pé de galinha.

Segundo relatos da comunidade, a escola e o assentamento, foi atribuído o nome São Bento, porque na sede da fazenda tinha muitas cobras e o dono fez uma promessa a um santo chamado São Bento que é conhecido pelo livramento de animais peçonhentos, e que pelo atendimento da promessa, a fazenda recebeu seu nome.

A escola tornou centro de referência comunitária, pois em seu entorno de 8.000 metros, com área construída de 2.159 metros, hoje, conta com dez salas de aula, uma sala para coordenação, sala de leitura, secretária, diretoria, vice-diretoria, sala de professores, cozinha, sanitários masculino e feminino (parte externa) e dois internos para professores e funcionários, pátio, quadra coberta poliesportiva, além de almoxarifado, sala de recursos, banheiro e rampas de acessibilidade.

Em seu entorno há a presença do Programa de Saúde da Família, Escola Municipal, Igreja Católica e evangélica, sala do Acesso São Paulo, barracão do INCRA e um campo de futebol, a sede da Associação das Mulheres Assentadas “CASA AMAS”, ETEC em construção, laticínio das AMAS.

Nos finais de semana a Escola participa do Programa “Escola da Família” a participação da comunidade é pouca, sendo que uma pequena parcela de jovens e homens da comunidade participam dos jogos organizados em parceria com a prefeitura Municipal.

A maioria das moradias da comunidade escolar são de alvenaria, geralmente moram a família no lote e os filhos que vão formando famílias permanecem como agregados. Os pais em sua maioria possuem o curso de 1º grau completo, visto que a escola oferece o curso da EJA, oportunizando o acesso à educação para todos. A maior parte da comunidade sobrevive da produção de leite e da agricultura familiar.

A escola desde 2008, participa das provas externas que busca a melhoria de ensino a partir do desenvolvimento das competências e habilidades como a Avaliação externa Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP), Prova Brasile Olímpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP), sendo que nos últimos anos alguns alunos e professores foram premiados.

No entanto, não desperta o interesse da maioria. Essas provas não contemplam a realidade dos alunos, elas são voltadas para a competência leitoras e escritoras trazendo temas em sua maioria descontextualizados das realidades dos alunos camponeses, imagens que não retratam a realidade de seu cotidiano social, econômico e religioso.

A Proposta Curricular da Escola enfatiza que a ação educativa que quer realizar é a partir do posicionamento quanto à intencionalidade leitora e escritora e resolução de problemas, sem a preocupação de resgate da cultura e luta dos sujeitos que compõe o espaço escolar e comunitário.

b) Quem foram os sujeitos envolvidos na Construção do PPP da Escola?

Os sujeitos que participaram da construção do PPP ou Plano de Gestão como é chamado no Estado de São Paulo, como já descrevemos, foram os gestores, técnicos e políticos da Secretaria de Educação do Estado. Em outras palavras, o que vivemos hoje em nossa escola é uma realidade homogeneizada no que se refere ao principal documento de uma escola, aquilo que dá a vida filosófico-pedagógica a escola e direciona as suas ações.

Não é surpresa ser assim, não ter respeitado os sujeitos para qual a escola deve servir, que são os estudantes, professores, pais e comunidade escolar. O projeto hegemônico visa exatamente isto, alienar os sujeitos do direito de construir a sua educação.

Não se percebe nessa proposta a preocupação com o resgate e valorização da cultura e da luta pela terra e pela escola através dos movimentos sociais dos Trabalhadores Sem Terras (MST), a valorização da identidade camponesa e as ações propostas para o desenvolvimento da prática e do trabalho necessário para a formação e a afirmação dos homens e das mulheres do campo em seu território, a

teoria pedagógica a que se refere é a teoria da educação rural ou a extensão urbana que não condiz com a realidade dos sujeitos que compõem o quadro escolar.

Isto porque, como observado no que descrevemos acima, a construção do PPP/Plano de Gestão Escolar, não foi construído pelos camponeses pensando a sua realidade, o seu entorno e a materialidade que cercam e que são constituintes desta realidade.

Como não está voltada para os interesse dos camponeses e segue à risca um currículo que foi desenvolvido por técnicos que, acreditamos, não conhecem a realidade de um camponês, desde o momento que levanta de manhã para vir para a escola, o trajeto e as dificuldades que enfrenta até o momento de estar na sala de aula, não tem como abranger nem sequer atender às especificidades da realidade camponesa.

Esta afirmação acima exposta se sustenta em uma verdade: esta proposta produzida pelos Gestores e técnicos não nos representa, pois não ouviu nem chamou para construção os estudantes e professores camponeses que ansiavam e anseiam pela Educação do Campo. Eu como professora efetiva, membro da comunidade, e mãe de alunos, nunca participei da construção desta proposta pedagógica ou da construção do Projeto Político Pedagógico PPP/Plano Gestão (PGE).

c) O PPP está adequado à realidade da Escola Fazenda São Bento?

Refletindo no que apresentamos acima e levando em conta o que o PPP/Plano de Gestão Escolar representa enquanto documento que reflete um tempo e uma história ele não se adequa a realidade da Escola São Bento. Esta afirmação que fazemos se deve porque não foi construído pelos sujeitos do campo, nem pelos educandos, nem pela comunidade escolar.

Como é uma mera sobreposição de uma realidade criada em escritórios e repartições públicas da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo repete e reproduz o que o projeto hegemônico prevê para os sujeitos do campo, ou seja, uma educação que aliena os educandos do campo da sua realidade camponesa, transformando estes educandos em seres acríticos, que fatalmente serão atraídos pelos falsos “encantos” que o sistema oferece nos grandes centros urbanos paulista.

Outro fator que podemos observar é que como o PPP/Plano Gestor não reflete a realidade dos sujeitos que fazem parte da Escola, a educação que se oferece aos educandos não oferece a este o encanto e a significação que deveria oferecer, gerando assim desmotivação, desinteresse e abandono da escola.

Portanto, o atual documento não é adequado à realidade da Escola Fazenda São Bento e se faz necessário um novo PPP que seja representativo da realidade dos sujeitos que a compõe.

d) Sugestões para a construção de um novo PPP para a Escola

Nossa sugestão vai ao encontro da construção de um novo PPP, realidade que já vem sendo construída por todos e todas as/os sujeitos que fazem parte da realidade da Escola Fazenda São Bento.

Reafirmamos com isto que a E. E. Fazenda São Bento tem a função de oferecer condições aos seus estudantes como sujeitos do campo para que ampliem seus conhecimentos através das dimensões da educação do campo, entendendo a realidade e o meio em que vivemos para gerar seres humanos emancipados.

Um PPP construído coletivamente pelos sujeitos que vivem a Escola e a Educação e respeitando as diversas formas de trabalhar, de ser e de se organizar tem potencial condição de transformar a vida das comunidades que estão no entorno da escola.

Sendo assim, podemos problematizar a proposta da E. E. Fazenda São Bento e propor os princípios filosóficos sugeridos no caderno do MST (1996, p.10). 1º) A educação para a transformação social; 2º) A educação para o trabalho e a cooperação; 3º) a educação voltada para várias dimensões da pessoa humana; 4º) Educação com/para valores humanistas e socialistas; 5º) Educação como um processo permanente de formação/transformação humana.

Reafirmando com os princípios pedagógicos que expressam a concepção de ensino, temos (MST, 1996, p. 10):

- a) relação entre teoria e prática; b) combinação metodológica entre processo de ensino e de capacitação; c) a realidade como base da produção do conhecimento; d) conteúdos formativos socialmente úteis; e) educação para o trabalho e pelo trabalho; f) vínculo orgânico entre processos educativos e processos políticos; g) vínculo orgânico entre processos educativos e processos econômicos; h) vínculo orgânico entre

educação e cultura; i) gestão democrática; j) auto-organização dos/das educandos; l) criação de coletivos pedagógicos e formação permanente dos educadores/das educadoras; m) atitudes e habilidades de pesquisa; n) combinação entre processos pedagógicos coletivos e individuais.

Não devemos esquecer que a construção de um documento assim deve levar em consideração o respeito a biodiversidade da natureza que nos cerca. Deve pensar a solução dos problemas a partir da realidade que estes estão imersos, pensar as realidades dos sujeitos do campo problematizando o dia a dia, a cultura, o gênero, as etnias, as pessoas com deficiências e os problemas por quais passam as comunidades camponesas.

Deve favorecer projetos de ensino e aprendizagem que promova processo humanos que possam ser lidas e refletidas pelos educandos a partir da sua realidade do Pontal do Paranapanema, problematizando-os para serem melhor significados e apreendidos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É de suma importância o debate sobre educação do campo que não se esgotará durante, nem tampouco, o término desta pesquisa. Diante da conjuntura política e ausência de políticas públicas que fortaleça a educação do campo, há muito que se avançar no que tange à forma de construir uma práxis pedagógica do campo consciente de seu papel na luta dos trabalhadores em geral e dos povos do campo em específico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao/>>. Acesso em: novembro 2019.

CALDART, R. S.; ARROYO, M. G.; MOLINA, M. C. **Por uma Educação do Campo - Por uma Educação do Campo**: traços de uma identidade em construção. 2º. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

OLIVEIRA, L. M. T.; CAMPOS, M. **Educação Básica do Campo**. Verbete *in*: Dicionário da Educação do Campo. Organizado por Roseli Salette Caldart, Isabel

Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. –Rio de Janeiro, São Paulo:Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CALDART, R. S. **Educação do Campo**. Verbetes *in*: Dicionário da Educação do Campo. Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. –Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

RIBEIRO, M. **Educação Rural**. Verbetes *in*: Dicionário da Educação do Campo. Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. –Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

FERNANDES, B. M. **Gênese e Desenvolvimento do MST**. São Paulo: Peres, 1998.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2002.

GIL, A. C. **Metodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2008.

GADOTTI, Moacir. "**Pressupostos do projeto pedagógico**". In: MEC, Anais da Conferência Nacional de Educação para Todos. Brasília, 28/8 a 2/9/94.

MIRANTE DO PARANAPANEMA. Secretaria Municipal de administração Lei nº 2.296 de 19 de junho de 2015. Institui e aprova o Plano Municipal de Educação de Mirante do Paranapanema.220 f, 2015.

MINAYO, M. C. S (organizadora) **Pesquisa Social- Teoria, Método e Criatividade**/ Suely Ferreira Deslandes, Otavio Cruz Neto, Romeu Gomes. Petrópolis, RJ: Vozes,1994.

SÃO BENTO, E. F. **Escola Estadual Fazenda São Bento**: Informações sobre a E.E. Fazenda São Bento, 2014. Disponível em: <<https://eefazendasabento.wordpress.com/about/>>. Acesso em: 10 Março 2019.